

O MITO DO DÉFICIT

Teoria Monetária Moderna e o
Nascimento da Economia do Povo

STEPHANIE KELTON

Professora de economia e políticas públicas
na *Stony Brook University*



ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL
Rio de Janeiro, 2023

O Mito do Déficit

Copyright © 2023 da Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli.
ISBN: 978-85-5081-831-3

Translated from original The Deficit Myth. Copyright © 2020 by Stephanie Kelton. ISBN 978-1-5293-5256-6. This translation is published and sold by Hachette Book Group, the owner of all rights to publish and sell the same. PORTUGUESE language edition published by Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli, Copyright © 2023 by Starlin Alta Editora e Consultoria Eireli.

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2023 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

K29m Kelton, Stephanie
O Mito do Déficit: Teoria Monetária e o Nascimento da Economia do Povo ; traduzido por Christiano Sensi / Stephanie Kelton. - Rio de Janeiro : Alta Books, 2023.
336 p. ; 16cm x 23cm.
Tradução de: The Deficit Myth
Inclui índice.
ISBN: 978-85-5081-831-3
I. Economia. 2. Teoria Monetária. 3. Déficit. I. Sensi, Christiano. II. Título.
2023-608 CDD 330
CDU 33

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
1. Economia 330
2. Economia 33

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo da obra, formulada exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Erratas e arquivos de apoio: No site da editora relatamos, com a devida correção, qualquer erro encontrado em nossos livros, bem como disponibilizamos arquivos de apoio se aplicáveis à obra em questão.

Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso às erratas, aos arquivos de apoio e/ou a outros conteúdos aplicáveis à obra.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito à suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial

Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial

Anderson Vieira
anderson.vieira@altabooks.com.br

Editor

José Ruggeri
j.ruggeri@altabooks.com.br

Gerência Comercial

Claudio Lima
claudio@altabooks.com.br

Gerência Marketing

Andréa Guatiello
andrea@altabooks.com.br

Coordenação Comercial

Thiago Biaggi

Coordenação de Eventos

Viviane Pajiva
comercial@altabooks.com.br

Coordenação ADM/Finc.

Solange Souza

Coordenação Logística

Waldir Rodrigues

Gestão de Pessoas

Jairo Araújo

Direitos Autorais

Raquel Porto
rights@altabooks.com.br

Assistente Editorial

Andreza Moraes

Produtores Editoriais

Illysbelle Trajano
Maria de Lourdes Borges
Thales Silva
Thiê Alves

Equipe Comercial

Adenir Gomes
Ana Carolina Marinho
Ana Claudia Lima
Daiana Costa
Everson Sete
Kaique Luiz
Luana Santos
Maira Conceição
Natasha Sales

Equipe Editorial

Ana Clara Tambasco
Arthur Candreva
Beatriz de Assis
Beatriz Frohe

Betânia Santos
Brenda Rodrigues
Caroline David
Erick Brandão
Elton Manhães
Fernanda Teixeira
Gabriela Paiva
Henrique Waldez
Karolayne Alves
Kelry Oliveira
Lorrhahn Candido
Luana Maura
Marcelli Ferreira
Mariana Portugal
Matheus Mello
Milena Soares
Patrícia Silvestre
Viviane Corrêa
Yasmin Sayonara

Marketing Editorial

Amanda Mucci
Guilherme Nunes
Livia Carvalho
Pedro Guimarães
Thiago Brito

Atuaram na edição desta obra:

Tradução

Christiano Sensi

Diagramação

Cristiane Saavedra

Copidesque

Carolina Freitas

Revisão Gramatical

Catia Soderi
Carolina Rodrigues

Editora
afiliada à:



abdr
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
DIREITOS REPROGRÁFICOS

ASSOCIADO




ALTA BOOKS
GRUPO EDITORIAL

Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

SUMÁRIO

Introdução	EM CHOQUE COM O ADESIVO NO CARRO	XV
1	NÃO PENSE EM ORÇAMENTO DOMÉSTICO	1
2	PENSE EM INFLAÇÃO	29
3	A DÍVIDA FEDERAL (QUE NÃO É DÍVIDA)	63
4	O NEGATIVO DELES É NOSSO POSITIVO	91
5	“VENCER” NO COMÉRCIO	119
6	VOCÊ TEM DIREITOS!	149
7	OS DÉFICITS QUE IMPORTAM	185
8	CONSTRUINDO UMA ECONOMIA PARA O POVO	225
Notas		261
Índice		303

NÃO PENSE EM ORÇAMENTO DOMÉSTICO

"Famílias por todo o país estão apertando os cintos e tomando decisões difíceis. O governo federal deveria fazer o mesmo."

— PRESIDENTE OBAMA,
Discurso do Estado da União, 2010

MITO #1: O governo federal deveria fazer seu orçamento como uma família faz o seu orçamento doméstico.

REALIDADE: Diferentemente de uma família, o governo emite a moeda que gasta.

Como muitos de vocês, eu cresci assistindo Vila Sésamo, um programa de TV. Uma das habilidades que o programa ajudava as crianças a desenvolver era a de dividir e reagrupar objetos de acordo com suas similaridades e diferenças. “Uma dessas coisas não é como as outras”, dizia a música quando essa parte do programa começava. Na tela apareciam quatro imagens distribuídas em fileira: uma banana, uma laranja, um abacaxi e um sanduíche. “O sanduíche! O sanduíche!”, eu e minha irmã gritávamos para a televisão. Eu não sou mais uma criança, mas ainda me pego gritando de volta para a TV sempre que ouço alguém falar sobre o orçamento federal como se não fosse diferente de um orçamento doméstico.

Se você já ouviu alguém reclamar que Washington precisa colocar sua casa fiscal em ordem, você já conheceu uma versão do mito do orçamento doméstico. Ele deriva de uma ideia falha de que deveríamos analisar o

orçamento do Tio Sam com o mesmo olhar com que nos debruçamos sobre nosso próprio orçamento familiar. De todos os mitos que vamos explorar nas páginas seguintes, esse é sem dúvida o mais pernicioso.

É um dos mitos favoritos dos políticos, onde tendem a buscar a retórica mais simplista possível para se conectar com seus eleitores. E o que poderia ser mais fácil do que descrever as finanças do governo em termos que o resto de nós já compreende — nosso próprio orçamento? Nós todos sabemos que é importante mantermos nossos gastos pessoais alinhados à nossa receita total. Então, quando ouvimos alguém falar sobre finanças do governo em termos que nos lembram dos nossos próprios gastos, isso toca em um ponto que é familiar para nós. Passa uma sensação familiar, caseira.

Todos nós já testemunhamos isso. Em anúncios de campanha e nas prefeituras de todos os Estados Unidos, os políticos apontam para o pequeno empresário ou para a garçonete trabalhadora, exibindo-os como exemplos brilhantes do rosto do orçamento responsável. Mostram empatia pelas lutas dos americanos comuns, lembrando-nos que todos sabemos como é se sentar à mesa da cozinha e bater o talão de cheques da família. E então, na esperança de provocar a indignação da multidão, eles viram a conversa e apontam-na para o governo federal, dizendo para nós que os livros contábeis do Tio Sam quase nunca batem, porque fazer gastos irresponsáveis se tornou um modo de vida em Washington, DC.

Esse tipo de história reverbera em nós porque sua linguagem é muito familiar. Sabemos que devemos viver dentro de nossas possibilidades e organizar nossas finanças para que não gastemos mais do que ganhamos. Sabemos que precisamos fazer economias para o futuro e que devemos ser extremamente cuidadosos se formos pedir empréstimo. Fazer dívidas demais pode nos levar à falência, à execução hipotecária e até à prisão.

Sabemos que indivíduos podem ficar sem dinheiro, e já vimos empresas icônicas como a RadioShack e Toys “R” Us serem levadas à falência por não poderem mais pagar suas contas. Até mesmo cidades (como Detroit) e estados (como o Kansas) podem ter sérios problemas quando não conseguem arrecadar dinheiro suficiente para cobrir suas despesas. Toda família que se junta à mesa da cozinha para organizar suas contas compreende essa

realidade. O que elas não entendem é por que o governo federal (o Tio Sam) é diferente. Para entender o porquê, vamos direto ao cerne da TMM.

EMISSORES VERSUS USUÁRIOS DE MOEDAS

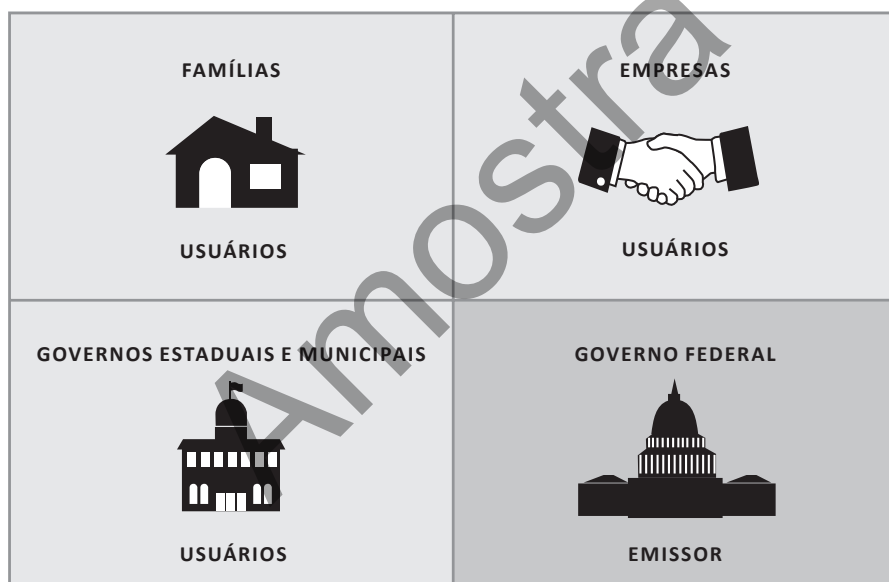
A TMM usa como ponto de partida um fato simples e inquestionável: nossa moeda nacional, o dólar americano, vem do governo americano, e não pode vir de nenhum outro lugar — ao menos não legalmente. Tanto o departamento do Tesouro Americano quanto seu agente fiscal, o Federal Reserve (o Sistema de Reserva Federal estadunidense), têm autoridade para emití-lo. Isso inclui cunhar as moedas que vão para seu bolso, imprimir as notas que estão em sua carteira ou criar dólares digitais, conhecidos como reservas, que existem apenas como lançamentos eletrônicos nos balanços dos bancos. O Tesouro fabrica as moedas e o Federal Reserve cria o resto. Uma vez que você contemporize o significado dessa realidade, será capaz de desfazer muitos dos mitos acerca do déficit por conta própria.

Apesar de você não ter parado para pensar muito sobre isso antes, algo dentro de você provavelmente já compreende essa verdade básica. O que quero dizer é: pense sobre isso. *Você* pode criar dólares americanos? Claro, você pode *ganhar*, mas você pode fabricar o dinheiro? Talvez, com equipamentos de impressão de alta tecnologia você possa montar uma oficina no seu porão e produzir algo que se pareça muito com o dólar americano. Ou talvez você possa invadir o computador do Federal Reserve e digitar alguns dólares. Mas ambos sabemos que você acabará vestindo um macacão laranja se for pego tentando falsificar a moeda. Isso porque a Constituição americana garante ao governo federal o direito exclusivo de emitir a moeda¹. Como afirma o Federal Reserve Bank de St. Louis, o governo americano é “o único fabricante de dólares”.²

O termo *monopólio* se refere, obviamente, a um mercado no qual só há um fornecedor de dado produto. Já que o governo federal é o *único* fabricante do dólar americano, nós podemos pensar nele como se tivesse

um monopólio sobre o próprio dólar. É como se ele tivesse recebido um super direito de autor (que nunca expira) sobre a capacidade de fazer cópias adicionais do dólar. É um poder exclusivo, articulado pelos nossos fundadores. Não é algo que famílias, empresas ou governos estaduais e municipais possam fazer. Somente o governo federal pode *emitir* nossa moeda. Todo os restantes são meramente *usuários* desta. É um poder especial que deve ser exercido com muito cuidado.

Voltando para “Vila Sésamo”, podemos facilmente identificar qual dos itens na Apresentação 1 é diferente dos outros.



APRESENTAÇÃO 1: Usuários de Moeda Versus Emissores de Moeda

A distinção entre *usuários* de moedas e *emissores* de moedas está nos fundamentos da TMM. E, como veremos nas páginas seguintes, isso tem profundas implicações em alguns dos debates mais importantes sobre políticas de nossos tempos, como assistência médica, mudanças climáticas, Previdência Social, comércio internacional e desigualdades.

Para aproveitar ao máximo os poderes especiais acumulados pelo emissor, os países precisam fazer mais do que apenas conceder a si mesmos o direito exclusivo de emitir a moeda. Também é importante que eles não se comprometam a converter sua moeda em algo que pode acabar lhes faltando (como ouro ou moeda de outro país). E eles devem evitar tomar emprestado (ou seja, assumir dívidas) em uma moeda que não seja a sua própria.³ Quando um país emite sua própria moeda não-conversível e só toma emprestado em sua própria moeda, esse país alcançou a soberania monetária.⁴ Países com soberania monetária, portanto, não precisam administrar seus orçamentos da forma que uma família o faria. Eles podem usar sua capacidade de emissão de moeda para implementar políticas que almejem manter uma economia de pleno emprego.

Por vezes, perguntam-me se a TMM se aplica a países que não os Estados Unidos. Sim! Embora o dólar americano seja considerado uma moeda especial por seu status de moeda de reserva em âmbito global, muitos outros países têm poder para fazer seus sistemas monetários funcionarem para sua população. Portanto, se você estiver lendo este livro fora dos EUA, não pense que não há lições importantes aqui para você e seu país. Ao contrário, a TMM pode ser usada para descrever e melhorar as escolhas de políticas para *qualquer* país com um grau alto de soberania monetária — os EUA, o Japão, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá e muitos outros. E, como veremos no Capítulo 5, a TMM também oferece insights para países com pouca, ou mesmo sem, soberania monetária — nações como o Panamá, a Tunísia, a Grécia, a Venezuela e muitas outras.

A TMM nos ajuda a enxergar a razão pela qual países que fixaram suas taxas de câmbio, como a Argentina fez até 2001; que assumem dívidas em moeda estrangeira, como fez a Venezuela; minam sua soberania monetária e sujeitam-se a certos tipos de limitações enfrentadas por outros usuários de moedas, como a Itália, a Grécia e outros países da zona do euro. Quando países com pouca ou nenhuma soberania monetária falham em priorizar a disciplina em seus orçamentos, eles podem enfrentar dívidas insustentáveis, da mesma forma como uma família pode se endividar. Em contraste, os Estados Unidos nunca precisam se preocupar em ficar sem dinheiro. Eles sempre podem pagar as contas, mesmo as mais altas. Os EUA não podem

acabar como a Grécia, que abdicou de sua soberania monetária quando parou de emitir o dracma para passar a usar o euro. Os Estados Unidos não são dependentes da China (e de ninguém mais) para se financiar. E, mais importante ainda, ter soberania monetária significa que um país pode priorizar a segurança e o bem-estar de seu povo sem precisar se preocupar em como pagar por isso.

O DISCURSO INVERTIDO DE THATCHER: (TE)G

Em um pronunciamento de 1983, que hoje é famoso, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher declarou que “o estado não tem fonte de dinheiro que não o dinheiro que as pessoas ganham. Se o estado deseja gastar mais, ele só pode fazê-lo se tomar emprestado as suas economias ou se tributá-lo ainda mais”.⁵ Esse foi o jeito da Thatcher de dizer que as finanças do governo eram limitadas da mesma forma que nossas finanças pessoais. Para gastar mais, o governo precisaria levantar o dinheiro. “Sabemos que não existe dinheiro público”, ela acrescentou. “Só existe dinheiro do contribuinte.” Se o povo britânico quisesse mais de seu governo, teria que pagar a conta por isso.

Foi um erro ingênuo, ou uma afirmação cuidadosamente preparada para desencorajar o povo britânico de demandar mais de seu governo? Não tenho certeza. E independentemente de seus motivos, a fala de Thatcher manteve o poder de emissão de moeda do estado oculto. Mais de três décadas depois, líderes políticos em países emissores de suas próprias moedas como o Reino Unido e os Estados Unidos ainda falam como se nós, os pagadores de impostos, fôssemos a fonte última do dinheiro do governo. Como a ex-primeira-ministra britânica Theresa May disse mais recentemente, o governo não possui uma “árvore mágica de dinheiro”.⁶ A menos que eles peguem mais do *nosso* dinheiro, nos dizem, o governo não pode bancar um aumento de investimento nos programas existentes, e menos ainda financiar novos projetos mais ambiciosos.

Para a maioria de nós, a ideia de que o governo deve tributar mais para gastar mais provavelmente parece razoável. E nossos políticos sabem disso. Eles também sabem que não queremos ver nossos impostos subirem, então, tentando descobrir como ganhar votos, eles se enrolam até dar nó, prometendo fazer grandes coisas sem pedir à maioria que pague mais impostos. Por exemplo, Donald Trump prometeu ao povo americano que o México pagaria por seu muro na fronteira com esse país, enquanto os democratas insistiam que bilionários e bancos de Wall Street poderiam pagar a conta de muitos de seus ambiciosos programas. O dinheiro tem que vir de *algum lugar*, certo? Na verdade, estamos interpretando tudo de trás para frente. Mas antes de chegarmos a isso, vamos repassar a interpretação convencional, e então será mais fácil contrastar essa forma de pensar às avessas com o modo como as coisas realmente funcionam.

Voltemos ao fato de que as finanças que melhor entendemos são as nossas próprias, e de que sabemos que precisamos ganhar dinheiro antes de poder gastar. Assim, a ideia de que o governo federal precisa arrecadar recursos para gastar parece intuitivamente correta. A partir de nossas próprias experiências, sabemos que não podemos sair da loja de departamentos com um novo par de sapatos ou sair da concessionária dirigindo um veículo esportivo novo, se não conseguirmos financiamento para eles primeiro. De acordo com o pensamento convencional, o governo se apoia em duas formas de financiamento: ele pode aumentar seus impostos, ou ele pode tomar emprestado as suas poupanças. Os impostos permitem ao governo arrecadar dinheiro daqueles que o tem, o que significa que impostos são usados como forma de se transferir dinheiro para o governo federal. E se o governo quiser gastar mais do que arrecada através dos impostos, ele pode levantar fundos adicionais tomando emprestado daqueles que poupam. Em ambos os casos, a ideia é que o governo precisa arrumar o dinheiro *antes* de poder gastá-lo. Essa é a forma que nos foi ensinada e pela qual grande parte de nós compreende as operações fiscais do governo. Taxar e fazer empréstimos vêm primeiro. Gastar vem por último. Um mnemônico útil para o modo de pensar convencional é (TE)G: Tributos e Empréstimos precedem os Gastos.

Como fomos treinados para acreditar que, como cada um de nós, o governo precisa “encontrar o dinheiro” antes que possa gastá-lo, todos ficam obcecados com a pergunta: Como que você irá pagar por isso? Nós fomos condicionados a esperar que nossos políticos eleitos ofereçam um mapa que indique a fonte de cada novo dólar que eles desejam gastar. Até os candidatos mais progressistas temem que serão comidos vivos se suas propostas aumentarem o déficit, então tomar emprestado quase nunca é uma opção. Para mostrar que suas políticas não aumentarão o déficit, eles caçam formas de espremer e arrancar mais receita de impostos da economia, costumeiramente mirando naqueles que podem pagar mais com mais facilidade. Por exemplo, o senador Bernie Sanders insiste que um imposto sobre transações financeiras cobrirá o custo de tornar as faculdades e universidades públicas gratuitas, e a senadora Elizabeth Warren afirma que um imposto de 2% sobre fortunas acima de US\$ 50 milhões levantaria recursos suficientes para acabar com a dívida estudantil de 95% dos alunos e também bancaria um sistema universal de creches e faculdades gratuitas. Em ambos os casos, o objetivo é demonstrar que tudo pode ser pago tributando as pessoas mais ricas dos Estados Unidos. Como veremos nas próximas páginas, sempre há espaço para financiar novos programas sem a necessidade de se aumentar impostos. Aumentar o déficit não deveria ser algo visto como tabu. Impostos são extremamente importantes, mas não há razão para se pensar que o governo precisa aumentar os tributos se deseja investir na nossa economia.

Na prática, o governo federal quase nunca arrecada impostos suficientes para cobrir todos os seus gastos. Gastos deficitários são a norma, e todos em Washington, DC, sabem disso. E os eleitores também. É por isso que tantos políticos reclamam, dizendo que o Congresso precisa colocar sua casa fiscal em ordem antes que seja tarde demais. Para demonstrar seu compromisso com o bom e velho orçamento doméstico, os democratas, liderados pela presidente Nancy Pelosi (D-CA), restabeleceram uma regra orçamentária conhecida como “pay as you go”, o PAYGO, em 2018. Com o PAYGO em vigor, fazer empréstimos para financiar novas despesas se tornou algo tecnicamente fora dos limites. Isso reduz o (TE)G para somente

T(G) — tributar e gastar —, e, assim, os legisladores sofrem pressão intensa para cobrir qualquer novo gasto proposto com receitas de novos tributos.⁷

Essa é uma boa estratégia política? É uma boa prática econômica? Certamente *soa* como uma abordagem saudável para o orçamento. Mas está enraizada em uma compreensão falha de como o governo federal realmente gasta. Na verdade, a abordagem interpreta tudo de trás para frente.

COMO O EMISSOR DE MOEDA GASTA: G(TE)

Por ser a forma predominante de pensar, a maioria de nós provavelmente tem uma versão do modelo (TE)G gravada na mente. Mesmo que nunca tenhamos passado um momento sequer pensando sobre os funcionamentos internos do orçamento federal, nós provavelmente acreditamos que o governo precisa do *nosso* dinheiro para ajudar a pagar as contas. Nós até podemos nutrir um sentimento de patriotismo quando pagamos a guia do IR para a Receita em abril, orgulhosos de termos feito nossa parte para construir habitação para quem tem baixa renda, dar um salário aos militares, homens e mulheres, e apoiar fazendeiros com subsídios generosos. Odeio ser estraga-prazeres, mas não é o que realmente acontece. Se não estiverem sentados, é melhor puxar uma cadeira. Prontos? Na verdade, seus impostos não pagam nada, ao menos em nível federal. O governo não precisa do *nosso* dinheiro. Nós precisamos do dinheiro *deles*. Nós entendemos tudo de trás para frente!

Quando me deparei pela primeira vez com essa maneira de entender a forma como impostos e gastos funcionam na realidade prática, eu recuei. Era 1997; eu estava no meio de um programa de doutorado em economia quando alguém compartilhou comigo um livrinho chamado “Soft Currency Economics”⁸. O autor do livro, Warren Mosler, era um investidor de sucesso em Wall Street, não um economista, e seu livro era sobre como os economistas profissionais estavam interpretando quase tudo de forma errada. Eu o li, mas aquilo não me convenceu.

De acordo com Mosler, o governo gasta primeiro, e depois recolhe tributos e faz empréstimos. Essa sequência vira o discurso de Thatcher completamente do avesso, reordenando o mnemônico, que fica G(TE): gastar antes de tributar e fazer empréstimos. Segundo o raciocínio de Mosler, o governo não sai em busca de alguém para conseguir o “TE”, ele somente gasta sua moeda na realidade física. Warren viu coisas que a maioria dos economistas estava perdendo de vista. Para muitos de nós, suas ideias inicialmente soavam completamente originais, mas grande parte delas não era. Eram novas apenas para nós. Elas podiam ser encontradas (e nós as encontramos) em textos canônicos, como “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, ou no clássico de dois volumes de John Maynard Keynes, “Tratado sobre o Dinheiro”. Antropólogos, sociólogos, filósofos e outros chegaram há muito tempo a conclusões semelhantes sobre a natureza do dinheiro e sobre o papel dos impostos, mas a maioria dos profissionais de economia se tornou obsoleta.

Mosler é considerado o pai da TMM porque ele trouxe essa ideia para um pequeno grupo de economistas na década de 1990. Ele diz que não sabe como essa compreensão sobre tributação e gastos governamentais o acometeu, mas que a ficha simplesmente caiu depois de anos de experiência de trabalho em mercados financeiros. Ele estava acostumado a pensar em termos de débitos e créditos porque vinha negociando instrumentos financeiros e acompanhando os fundos serem transferidos entre contas bancárias. Um dia, ele começou a pensar de onde todos aqueles dólares deveriam ter vindo originalmente. Ocorreu-lhe que, antes que o governo pudesse subtrair (debitar) qualquer dólar de nós, ele precisava primeiro os ter adicionado (creditado). Ele concluiu que os gastos do governo deveriam ter vindo primeiro, pois, do contrário, onde teríamos conseguido o dinheiro necessário para pagar os impostos? Embora essa lógica parecesse infalível, eu tinha certeza que a história de Mosler não poderia estar certa. Como? Virou de cabeça para baixo tudo que eu achava que entendia sobre dinheiro, impostos e gastos do governo. Eu havia estudado economia com economistas de renome mundial na Universidade de Cambridge, e nenhum dos meus professores jamais havia dito algo assim. De fato, todos os modelos que me haviam ensinado eram compatíveis com o discurso de

Thatcher de que governos precisam tributar ou tomar emprestado antes de gastar.⁹ Seria possível que quase todo mundo estivesse vendo aquilo de forma errada? Eu tinha que descobrir.

Em 1998, eu visitei Mosler em sua casa em West Palm Beach, na Flórida, onde passei horas escutando suas explicações sobre sua forma de pensar. Ele começou se referindo ao dólar americano como “um monopólio público simples”. Como o governo americano é a única fonte dos dólares, seria bobeira pensar no Tio Sam como alguém que precisasse obter seu dinheiro de nós. Obviamente, o emissor do dólar pode ter todos os dólares que deseje.

— O governo não quer dólares — Mosler explicou. — Ele quer outra coisa.

— O que ele quer? — eu perguntei.

— Ele quer se *provisionar* — ele respondeu. — O imposto não está lá para levantar dinheiro. Está lá para manter as pessoas trabalhando e produzindo coisas para o governo.

— Que tipos de coisas? — eu perguntei.

— Um exército, um sistema judiciário, parques públicos, hospitais, estradas, pontes. Esse tipo de coisa.

Para levar a população a executar todo o trabalho, o governo estabelece impostos, taxas, multas e outras obrigações. O imposto está lá para criar uma demanda pela moeda do governo. Antes que qualquer um possa pagar o imposto, a pessoa tem que trabalhar para ganhar a moeda.

Minha cabeça girou. E então ele me contou uma história.

Mosler tinha uma bela propriedade à beira-mar com piscina e todos os luxos que alguém poderia querer da vida. Ele também tinha uma família, com dois filhos pequenos. Para ilustrar seu ponto de vista, ele me contou uma história sobre uma vez em que se sentou com seus filhos e disse a eles que queria que fizessem sua parte para ajudar a manter o lugar limpo e habitável. Ele queria que a grama fosse cortada, as camas arrumadas, que a louça fosse lavada, e também os carros, e assim por diante. Para

compensá-los pelo tempo que dedicassem, ele lhes ofereceu pagamento pelo trabalho. Três cartões de visita, se eles arrumassem suas camas. Cinco para lavarem a louça. Dez cartões se lavassem um carro e vinte e cinco para cuidarem do jardim. Dias se tornaram semanas, e a casa se tornou cada vez mais inviável. A grama cresceu até o joelho. Pratos foram ficando empilhados na pia, e os carros estavam cobertos de areia e sal da brisa do oceano. “Por que vocês não estão trabalhando nada?”, Mosler perguntou às crianças. “Eu disse que pagaria a vocês com meus cartões de visita se vocês se dedicassem.” “Paaaaai!”, as crianças entoaram. “Por que nós trabalharíamos para ganhar cartões de visita? Eles não valem nada!”

Foi aí que Mosler teve sua epifania. Seus filhos não haviam feito nenhum trabalho de casa porque eles não *precisavam* de seus cartões. Então, ele disse a eles que ele não exigiria que fizessem trabalho nenhum. Tudo que ele queria era um pagamento de trinta cartões de visita seus, a cada mês. Se falhassem e não pagassem, perderiam seus privilégios. Perderiam a TV, o direito de usar a piscina, os passeios no shopping. Foi um lance de gênio. Mosler havia imposto um “tributo” que somente seria pago com seu papel com monograma impresso. Agora, seus cartões tinham valor.

Em questão de horas, as crianças estavam correndo de um lado para outro, arrumando seus quartos, a cozinha, o jardim. O que antes havia sido um cartão de visita sem valor era agora subitamente percebido como um objeto valioso. Mas por quê? Como Mosler havia conseguido fazer com que seus filhos fizessem todo aquele trabalho sem forçá-los a tal? Simples. Ele os colocou em uma situação em que eles precisavam ganhar sua “moeda” para não entrar em encrencas. A cada vez que seus filhos faziam um pouco do trabalho, eles ganhavam um recibo (alguns cartões de visita) pela tarefa que haviam executado. No final do mês, as crianças devolviam os cartões para o pai. Como Mosler explicou, ele não precisava recolher seus próprios cartões de volta com os filhos. “O que eu iria querer fazer com minha própria ‘moeda’?”, ele perguntou. Ele já havia conseguido o que queria com o acordo — a casa arrumada! Então por que ele se dava ao trabalho de tributar os cartões dos filhos? Por que não os deixava com eles como um presente? A razão era simples: Mosler recolhia os cartões para que os filhos precisassem ganhá-los novamente no mês seguinte. Ele

havia inventado um círculo virtuoso de provisionamento! *Virtuoso*, nesse caso, significava, de forma positiva, que ele continuava a se repetir.

Mosler usou essa história para ilustrar alguns princípios básicos sobre a forma com que emissores de moedas soberanas realmente se financiam. Os impostos estão lá para criar uma demanda pela moeda do governo. O governo pode definir a moeda em termos de sua própria e única unidade de contabilidade — um dólar, um iene, uma libra, um peso — e aí imputar valor sobre seu próprio papel que, de outra forma, não teria valor, requerendo que esse papel seja a forma de pagamento para tributos e outras obrigações. Como brinca Mosler, “Impostos transformam lixo em moeda”. No fim das contas, um governo emissor de moeda quer algo real, não algo monetário. Não é o dinheiro dos nossos impostos que o governo quer. É o nosso tempo. Para nos fazer produzir coisas para o estado, o governo inventa impostos ou outros tipos de pagamentos obrigatórios. Essa não é a explicação que você encontrará na maioria dos livros de economia, que prefere uma história superficial que diz que o dinheiro foi inventado para superar as ineficiências associadas ao escambo, quando bens eram negociados sem o uso de dinheiro. Nessa história, o dinheiro é apenas um mecanismo conveniente que se desenvolveu organicamente como uma forma de tornar o comércio mais eficiente. Apesar de os estudantes aprenderem que o escambo já foi onipresente, um tipo de estado natural do ser, pesquisadores do mundo antigo encontraram pouca evidência de que as sociedades alguma vez foram organizadas com base no escambo.¹⁰

A TMM rejeita a narrativa anti-histórica do escambo, tomando como base um extenso corpo de estudo conhecido como Cartalismo, que mostra que impostos foram o veículo que permitiu a líderes antigos e primeiras nações-estado introduzir suas próprias moedas, que somente depois circularam como um meio de troca entre indivíduos. A partir de sua inserção, a responsabilidade fiscal gera pessoas à procura de trabalho pago (algo também conhecido como desempregados) com a moeda do governo. O governo (ou outra autoridade), então, torna reais suas moedas, proporcionando às pessoas o acesso à estas como símbolo do qual precisam para honrar suas obrigações com o estado. Obviamente, ninguém consegue pagar os impostos antes de o governo fornecer sua moeda física. Como um

ponto simples de lógica, Mosler explicou que quase todos nós temos uma sequência errada na cabeça. Os contribuintes não financiaram o governo; o governo financiou os contribuintes.¹¹

Aquilo começou a fazer sentido para mim, ao menos em teoria. Comecei a pensar no governo como o monopolista da moeda. O argumento de Mosler trouxe de volta memórias de infância de quando eu jogava Banco Imobiliário com a minha família. Conforme lembrei as regras do jogo, comecei a ver os paralelos ainda mais claramente. Por uma coisa especificamente: o jogo não pode começar antes que alguém seja definido como o controlador da moeda. Os jogadores não desembolsam o dinheiro para iniciar o jogo. Não podem, porque ainda não o têm. A moeda deve ser emitida antes de alguém que possa obtê-la. Após a distribuição inicial, os jogadores passam a se mover pelo tabuleiro, a comprar propriedades, pagar aluguel, vão parar na cadeia ou puxam um cartão que os instrui a pagar US\$ 50 para a Receita Federal. Cada vez que dão a volta no tabuleiro, eles recebem um pagamento de US\$ 200 da pessoa que controla o dinheiro. Como os jogadores são meros usuários da moeda, eles podem quebrar e efetivamente acabam falindo. O emissor, porém, nunca fica sem dinheiro. De fato, as regras oficiais¹² do jogo literalmente dizem: “O Banco *nunca vai à falência*”. Se o Banco ficar sem dinheiro, o Banqueiro pode emitir adicionalmente *todo dinheiro que for necessário*, escrevendo em papel comum” (grifo meu).

Pensei nessa ideia de se escrever em papel para fazer dinheiro quando levei meus próprios filhos para uma visita turística ao Escritório de Gravura e Impressão dos EUA (Bureau of Engraving and Printing) em Washington, DC. Se você nunca fez isso, eu recomendo. É algo que abrirá seus olhos. Você pode agendar uma visita no próprio site do governo: www.moneyfactory.gov. É uma operação muito mais sofisticada do que fazer dinheiro no Banco Imobiliário, “escrevendo em papel comum”, mas equivale a quase isso. É um dos lugares onde o emissor de nossa moeda a fabrica.¹³ Uma das primeiras coisas que eu notei foi um letreiro neon enorme, suspenso no alto do equipamento de gravação, no qual se lia: “Nós fazemos dinheiro à moda antiga. Nós o imprimimos.” Todo mundo queria fotografar aquilo, mas fotos não são permitidas no passeio. A multidão se maravilhava com

a visão enquanto resmas de US\$ 10, US\$ 20 e US\$ 100 não cortadas giravam pelas máquinas. Então alguém disse o que todos estávamos pensando. “Eu queria poder fazer isso!” Infelizmente, para ficar longe dos macacões laranja, precisamos deixar a fabricação da moeda para o Escritório de Gravura e Impressão dos EUA.

Aquelas notas fazem parte do suprimento de moeda americana. Como naqueles velhos potes cheios de moedas de centavos na cômoda da sua avó, o governo também emite o dólar americano na forma de moedas físicas. Da mesma forma que o Federal Reserve se descreve como “a autoridade emissora de todas as notas do Federal Reserve”, a Casa da Moeda dos EUA se descreve como “o único fabricante de moedas de valor legal na nação”. Finalmente, o Federal Reserve emite dólares digitais, conhecidos como reservas bancárias.¹⁴ Elas são criadas exclusivamente por digitação em um computador controlado pelo agente fiscal do governo, o Federal Reserve. Quando os bancos de Wall Street precisavam de trilhões de dólares para sobreviver à crise financeira de 2008, o Fed os ressuscitou sem esforço, usando nada mais do que um teclado do Banco do Federal Reserve de Nova York.

Para o cidadão mediano, pode parecer que o governo literalmente pega as notas que saem de sua impressora ou as moedas que caem de suas máquinas de cunhagem para pagar suas contas. Os noticiários da TV a cabo certamente gostam da imagem da produção em massa de dinheiro. Eles frequentemente colocam no ar uma reportagem sobre gastos governamentais enquanto corre na tela um vídeo de dólares recém-fabricados saindo da máquina de impressão. Mas as notas e moedas do Federal Reserve estão ali em grande parte para nossa conveniência. Seria um tanto quanto complicado para o governo federal pagar à Boeing por uma nova frota de jatos de guerra com uma pilha enorme de moeda física. Não é bem assim que funciona.

Em vez de usar punhados de dinheiro, como no Banco Imobiliário, o governo federal faz a maior parte de seus pagamentos da mesma forma que o sujeito contador de pontos atribui a pontuação em um jogo de bridge. Exceto que, no lugar de escrever os pontos em um cartão como o contador